

Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina

Maria Dorothea Post Darella

Resumo: Tomando a última década para análise da presença Guarani no litoral de Santa Catarina, é perceptível a crescente visibilidade dessa ocupação frente à mídia, projetos de desenvolvimento, instituições sociais e políticas, órgãos governamentais e não-governamentais. Esse, entretanto, é apenas um dos fatores externos da realidade dos Guarani. O foco do trabalho a ser apresentado é o do diálogo entre território e cosmologia – mitologia – história – cultura – sociedade, buscando entendimento das efetivações e pensamentos dos Guarani nesta parte de seu território, que traduz e expressa uma constituição na qual a “re-união” das aldeias se efetiva através da identidade cultural, dos deslocamentos, da língua/palavra, do parentesco, dos mitos, dos rituais, da reciprocidade. Os Guarani, que continuamente constroem o sentido do ser e estar no litoral, alimentando-se dos tempos passado, presente e futuro, estão falando sobre sua ocupação na costa, estão praticando territorialização singular dadas as diversas conjunturas, estão nos desafiando a perceber sua concepção e especificidade territorial, bem como reconhecer e legitimar direitos territoriais. O litoral como território mítico-histórico passa a se compor também como território social e, sobretudo, político frente às sociedades regional e nacional.

Palavras-chave: ocupação Guarani; litoral de Santa Catarina; território.

Abstract In the last decade the Guarani presence on the coast of Santa Catarina has become increasingly visible on the media, in terms of developing projects, social and political institutions, governmental and non-governmental agencies. However, this is just one of the external factors of this reality. The main interest of this study is the dialogue between territory and cosmology – mythology – history – culture – society, trying to understand accomplishments and thoughts of the Guarani in this part of their territory, that translate and express a constitution in which the “re-union” of the communities is effective through cultural identity, movements, language/word, kinship, myths, rituals and reciprocity. When the Guarani talk about their coastal occupation, they are practicing a unique territorialization, given the diverse conjunctures. They challenge us to notice their territorial conception and specificity, as well as to recognize and to legitimize territorial rights. Thus, the Guarani continuously construct their sense of being on the coast, feeding themselves from past, present and future. The coast as a mythic-historical territory also becomes itself a social territory and, above all, a political territory, before regional and national societies.

Key words: Guarani occupation; the coast of Santa Catarina; territory.

* Através deste texto reverencio Ivori José Garlet (*in memoriam*), cujo legado substancial e precioso, cuja forma de pensar, sentir, escrever e viver, amalgamaram profunda sensibilidade, coerência e cumplicidade na co-existência com os Mbya Guarani nesta Terra. Fonte incessante de dignidade e competência, por eles assim também é visto e sentido. *Aguyjevete*.
** Museu Universitário/UFSC (mdpd@cfh.ufsc.br), doutoranda em Ciências Sociais (PUC-SP), integrante da Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (CAPI).

Território Guarani - ocupação no litoral de Santa Catarina

Alguns dados arqueológicos e históricos

O litoral de Santa Catarina integra o vasto território de ocupação Guarani em época pré-colonial e colonial, que abrangeu extensas regiões do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, constituindo um espaço de aproximadamente 1.200.000 km², situado entre a costa Atlântica e as bacias dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, e entre o Trópico de Capricórnio e o Rio da Prata (La Salvia & Brochado, 1989). Nele foram identificados cerca de 3.000 sítios arqueológicos atribuídos aos Guarani, cujas análises de material cerâmico indicam não somente a baixa variabilidade de forma, produção, ornamentação, bem como a constância da cultura material num período que ultrapassa os 1.500 anos em diversas áreas ou sub-regiões, sugerindo a reprodução de um estilo tecnológico (Noelli, 2003).

É de conhecimento que os Guarani¹ sucederam os grupos relacionados aos sambaquis e aos pertencentes à Tradição Itararé, perfazendo a última leva migratória antes da colonização europeia. Não obstante uma multiplicidade de dados obtidos até o presente por uma respeitável gama de arqueólogos que efetivaram levantamento de inúmeros sítios e evidências arqueológicas Guarani, obtendo datações que atingem vários séculos antes da chegada dos primeiros europeus², existe consenso entre esses profissionais quanto a ampla dimensão de pesquisas a serem ainda desenvolvidas, bem como perdas irreversíveis de conhecimento, seja em razão de edificações, pavimentações, inundações, soterramentos, etc. De qualquer forma, em relação ao litoral meridional catarinense o montante de pesquisas a serem concretizadas pode ser exemplificado com a prospecção de sítio Guarani realizada pela equipe de arqueologia do Museu Universitário da UFSC na Baixada do Massiambu (Palhoça/SC) em 1987, com o rastreamento concretizado para estudos ambientais para a implantação da rodovia interpraia (Fossari et al., 1992), bem como com o levantamento relativo ao estudo de impacto ambiental do projeto de duplicação da rodovia BR 101 - trecho sul (Silva et al., 1999), oportunidades nas quais foram arrolados sítios arqueológicos Guarani inéditos nos municípios de Palhoça, Imbituba, Laguna, São João do Sul, Sombrio, Araranguá e Içara, sinalizando e acentuando a proeminente potencialidade de pesquisas arqueológicas no território litorâneo em termos descritivos e analíticos.

Aos dados arqueológicos³ somam-se registros de cronistas, viajantes e missionários a respeito da ocupação Guarani no litoral sudeste-sul no século XVI e quanto à costa de Santa Catarina devem ser ressaltados os de Binot Paulmier de Gonneville em 1504, Álvar Nuñez Cabeza de Vaca em

1541, Hans Staden em 1549 e Gabriel Soares de Souza em 1587⁴, tendo sido relatadas informações sobre localização e nome de aldeias, o modo de vida dos Guarani, demografia, indicando inclusive o conhecimento dessa população quanto à geografia, fauna e flora⁵. Aleixo Garcia e Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca já na primeira metade do século XVI vivenciaram e testemunharam a amplitude do território Guarani a partir do litoral de Santa Catarina, tendo o primeiro chegado à Cordilheira dos Andes e o segundo a Assunção (Paraguai), acompanhados por índios Guarani e passando por diversas aldeias Guarani durante as respectivas trajetórias. Noelli (1993) menciona Ulrich Schmidl⁶ e Cabeza de Vaca como os dois autores quinhentistas considerados por Bartomeu Melià como os “verdadeiros etnógrafos” dos primeiros contatos com os Guarani.

Estudos históricos igualmente enfatizam a presença Guarani no litoral meridional brasileiro no século XVI e parte do século XVII⁷. O Mapa Etno-histórico elaborado por Curt Nimuendaju, datado de 1944 (IBGE, 1987), identifica, reforçando os dados arqueológicos, a ocupação litorânea dos Carijó (Guarani) entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Através de deslocamentos e ocupações, esse território litorâneo foi sendo “estendido”, contando-se hoje dezenas de áreas ocupadas (e desocupadas) do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, amalgamadas numa extensa e complexa rede de parentesco, afinidade, intercâmbio, reciprocidade, comunicação. O território Guarani, pois, persiste em ser um “território em expansão” (Garlet, 1997a), substantivando uma “territorialidade aberta” (Venzon, 1990-1993), uma “territorialidade provisória” (Guimarães, 2001).

Diversos relatos dão conta que já no século XVI os Guarani começaram a deixar o litoral catarinense. O viajante alemão Hans Staden constatou que os índios estavam abandonando a Ilha de Santa Catarina e o continente, onde se situava a aldeia Acutia⁸, presumivelmente em direção oeste, afastando-se dos colonizadores. O historiador Boiteux ([s.d.], p. 46) informou que a costa era povoada por índios Guarani, mas que em 1612 a Ilha de Santa Catarina estava “abandonada, porque os naturais passaram-se para o continente”.

Mencionando especificamente a Ilha de Santa Catarina, informou que em 1576 nela não havia mais índios, tendo os mesmos se retirado para Biaça (Laguna), fugindo de maus tratos. Em reconstrução histórica quanto à Ilha de Santa Catarina e região continental costeira recentemente realizada por Mosimann (2002) verifica-se, uma vez mais, a importância do vale do rio Massiambu para os Guarani em razão da economia, baseada na agricultura e na pesca, de acordo com registros do século XVI. De acordo com Noelli (2003), o aumento da produção agrí-

cola foi estimulado por agentes europeus ali instalados após o naufrágio de uma das naus de Solis em 1515, por meio de alianças consolidadas com o *tuvicha* Tupã Verá, e que permitiu abastecer embarcações que ali aportaram em 1521 (Cristóvão Jacques), 1526 (Rodrigo de Acuña, Sebastián Caboto), 1536 e 1538 (Gonzalo de Mendoza) e Cabeza de Vaca (1541). Sítios arqueológicos Guarani situados em Palhoça, Garopaba e Paulo Lopes, incidem sobre essa região explanada por Mosimann (2002) e sublinhada por Noelli (2003), região onde se situa a aldeia Massiambu e os rios Massiambu e Massiambu Pequeno, que hoje conformam os limites sul e oeste da Terra Indígena Morro dos Cavalos⁹.

A situação do litoral sul catarinense era distinta no início do século XVI, segundo a contagem, de fato, uma estimativa realizada entre 1608 e 1609 pelo governador Hernandárias Saavedra¹⁰, que cumpria ordem real:

Os índios que têm aquela província de Santa Catarina e o Biaça [Laguna], e Rio Grande, que toda é uma, segundo o que eu entendi, são muitos, e só entre Santa Catarina e o Rio Grande se entende que há mais de cem mil naturais, o qual acreditei, porque havendo me informado em diferentes ocasiões e de muitos anos até agora, sempre concordaram os que têm notícia disto...

Depois de um século de contato com os europeus ainda havia uma densidade demográfica significativa, apesar das epidemias, guerras, razias e tráfico para São Paulo. Contudo, ainda é pouco conhecido o processo dos contatos, das variações demográficas, dos movimentos populacionais e de outros fatores que alteraram a configuração sócio-política da costa ao longo do século XVI, sendo importante considerar que é preciso abandonar a interpretação “estática” sobre a demografia e territorialidade, em favor de uma abordagem dinâmica que possa dar conta das variações ao longo do século.

É indubitável, pois, a existência de um largo processo ocupacional Guarani no litoral catarinense antes e durante o século XVI, século do início de contatos/convivências e/ou conflitos com portugueses, espanhóis, franceses, alemães, religiosos ou laicos, civis ou militares, período de colonização, escravização, catequização, epidemias, mortes e inclusive princípio de descaracterização ambiental. Difícil precisar se em meados do século XVII todo o litoral catarinense encontrava-se despovoado de índios Guarani, sendo plausível supor que deslocamentos foram estratégias de fuga, dispersão, ocupação e manutenção de novos espaços. Pode-se pensar que a partir do século XVI a Mata Atlântica passou a ser também domínio de refúgio, ocorrendo novas adaptações ambientais e

econômicas, de manejo agroflorestal, de organização social e política, testemunhando a possível desterritorialização leste-interior-oeste.

A falta de pesquisas dificulta o conhecimento sobre a presença Guarani no litoral catarinense nos séculos XVIII e XIX¹¹, o que não precisa significar sua inexistência, cabendo a continuidade de levantamentos e sistematização de fontes documentais primárias e secundárias nos municípios litorâneos (em arquivos públicos, museus, paróquias, com moradores, etc.) e relatos etno-históricos dos Guarani, para a gradual composição dos dados relativos à ocupação pretérita no litoral. De certa forma, o mesmo ocorre com relação à primeira metade ao século XX, período sobre o qual os dados ainda são raros¹². Seria, portanto, possível afirmar que grupos Guarani após a dispersão forçada ou estratégica, não tivessem permanecido na extensa faixa costeira entre os séculos XVII e XX, ocupando áreas florestadas de difícil acesso e visibilidade, continuando a manter contato com aldeias situadas no amplo território? A hipótese de sua presença pode ser parcialmente embasada na evolução histórica das formações florestais de Santa Catarina e do Paraná, para citar apenas esses dois estados. O que mostra essa evolução é que em 1500 e 1912 o estado de Santa Catarina é apontado com 81,50% e 78,67%, respectivamente, em termos de cobertura florestal natural em relação a sua área total, ocorrendo ainda melhor conformação no Paraná, onde incide a cobertura de 84,72% e 83,37% nos mesmos anos, conforme o “Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995” (1998). Ocorre, portanto, elevada preservação florestal nesses dois estados entre os séculos XVI e XX, em contraposição ao período 1912 a 1995, com 78,67% e 17,41%, e 83,37% e 8,93% de cobertura florestal em Santa Catarina e no Paraná, indicando acentuada devastação florestal em 83 anos. Por outro lado, os grupos Guarani que permaneceram no Domínio da Mata Atlântica, precisaram considerar a presença de grupos Jê: índios Xokleng, nômades, que praticavam deslocamentos estacionários entre a Floresta Atlântica (primavera e verão) e a Floresta de Araucária (outono e inverno) para otimização da captação de recursos naturais¹³, bem como índios Kaingang, habitantes da Floresta de Araucária¹⁴. Verifica-se, por conseguinte, extensa tarefa de análise e compreensão a respeito da presença Guarani no litoral de Santa Catarina integrando estudos e pesquisas arqueológicas, históricas, etnográficas, biológicas e lingüísticas, citando apenas algumas disciplinas fundamentais para apreensão do processo ocupacional milenar.

Alguns dados etnográficos

Embora ainda persistam dificuldades em precisar locais e períodos de ocupação de grupos Guarani no litoral catarinense na primeira metade do século XX, especificamente na região de Morro dos Cavalos, importante ponto de referência a grupos Guarani no extenso território, a presença foi posteriormente registrada em decorrência da construção da rodovia BR 101, na década de 1960 e de pesquisas da UFSC e da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, na de 1970.

Milton Moreira, índio Guarani nascido em Morro dos Cavalos em 1961 e cacique da aldeia de Mbiguaçu até dezembro de 2002, relata em seu texto “Contando a história do Guarani nato da região da Grande Florianópolis e, principalmente da Ilha de Santa Catarina”, de 1989, que a ocupação dos que denomina “granfilhos destes índios Guarani-Karijós, que vieram a ser nossos pais” nesse espaço do litoral (centro) é anterior a I Guerra Mundial, rumando posteriormente a oeste até Santo Amaro da Imperatriz, município vizinho a Palhoça. Segundo ele “somente a partir de 1942 que os índios foram aparecendo pouco a pouco na região de Palhoça junto com os colonizadores” (Moreira, 1989, p. 1). À ponderação de Milton Moreira, aos dados arqueológicos e históricos e aos subsídios do “Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995”, como as informações relativas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, cuja maior área (68,46%) é composta por mais de 50% dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e Paulo Lopes¹⁵, visando argumentar que nessa região do litoral centro-sul de Santa Catarina a Floresta Atlântica permanece em grande parte preservada, consubstanciando possibilidade de permanência Guarani durante longo período temporal, questão que indubitavelmente requer aprofundamento. Da mesma forma, seria oportuno aprofundar versões de alguns Guarani quanto à ocorrência de composições de famílias advindas do Paraguai e desta região. Rosalina, Nadir e Roseli Moreira (duas irmãs e a mulher de Milton Moreira, respectivamente), bem como Etelvina Fontoura, fizeram referência à presença e união de famílias originárias do Paraguai no início do século XX com índios nativos da região¹⁶. De acordo com Ladeira (2002, p. 29), “migrantes de regiões interioranas estariam retornando às regiões de sua origem familiar no litoral”, anotando que composições similares, ou seja, de famílias do Paraguai e do litoral, são também exploradas por famílias Chiripa do litoral sul de São Paulo.

Relatos de vários Guarani entre os anos de 1996 e 2003 são esclare-

cedores a respeito da região de Morro dos Cavalos, que registra ocupação contínua. Homens e mulheres contam de si e/ou de seus familiares em situações diversas abrangendo um período de tempo de mais de cinco décadas, durante o qual larga extensão de área foi utilizada para moradia e atividades de rocio, caça, pesca, coleta e manejo. Famílias provenientes do Paraguai, Misiones/ Argentina, Rio Grande do Sul, Paraná, interior de Santa Catarina, passaram, acamparam ou viveram diferenciados períodos de tempo nessa região, seguindo em direção norte ou sul, aos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro ou Espírito Santo, ou retornando para visitas a parentes ou ocupações no sul¹⁷.

Constata-se através de depoimentos de índios Guarani que durante as décadas de 1960 e 1970 outros locais litorâneos foram ocupados por famílias e grupos Guarani, além da região de Morro dos Cavalos. Dados sobre a década de 1980 são ainda mais auspiciosos, pois que famílias nucleares ou extensas ocuparam diversos locais no litoral meridional, entre Sombrio, Araranguá, Sangão, Jaguaruna e Imbituba e na região situada entre Garuva, Joinville, Araquari, São Francisco do Sul, Itajaí, Balneário Camboriú e Biguaçu – litoral setentrional. Locais com presença Guarani tornaram-se referenciais para outras famílias advindas principalmente do Rio Grande do Sul, originárias de Misiones ou do Paraguai, significando possibilidade de acampamento e certa segurança física. Índios Guarani se deslocavam de Ibirama¹⁸ para vender artesanato no litoral, grupos familiares efetivavam deslocamentos com o fim de encontrar áreas adequadas para viver e plantar, localizar parentes, trocar notícias, reconhecer e refazer caminhos e lugares dos antepassados. Lentamente alguns locais passaram a ser de ocupação permanente, o que já ocorria em Morro dos Cavalos e passou a se efetivar em Mbiguaçu, Rio do Meio (Itajaí, local desocupado desde 1996), Tarumã e Piraí, dentre outros.

O período 1991 - 2003: incremento ocupacional e populacional

A década de 1990 inscreveu conhecimentos mais sistematizados sobre a ocupação Guarani no litoral de Santa Catarina, o que repercutiu na consecução de atuações, pesquisas e proposições junto a diversos grupos. O marco referencial de informação intitula-se “Aldeias Guarani no Litoral de Santa Catarina”. Elaborado pela antropóloga Maria Inês Ladeira¹⁹, esse relatório agrega mapas, fotografias, genealogias, memoriais descritivos e croquis das aldeias visitadas em outubro de 1991. Trata-se do primeiro trabalho sistematizado sobre aldeamentos e acampamentos Guarani no litoral catarinense entre Araquari e Palhoça a partir de via-

gem com acompanhamento de índios Guarani, dando seguimento a pesquisas e trabalhos efetivados nas aldeias Guarani em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná. Nesse relatório a autora aponta e descreve seis locais ocupados, abordando seus respectivos contextos sociais e econômicos, mencionando famílias e deslocamentos, formulando genealogias para compreensão das relações de parentesco. São eles: Rio do Meio e Pinheiro (Itajaí), Brusque (Guabiruba), Palhoça, Morro dos Cavalos (Palhoça) e Mbiguaçu (Biguaçu). Apresenta também locais desocupados como Corveta (Araquari), Barra do Sul (atualmente Balneário Barra do Sul) e Iperoba e Reta (São Francisco do Sul).

Ladeira não somente registrou a presença Guarani no litoral catarinense, como instou atitudes concretas por parte da Funai quanto a procedimentos relacionados à regularização fundiária no litoral de Santa Catarina, visto que não havia reconhecimento oficial das ocupações Guarani fora das áreas indígenas dos Kaingang e dos Xokleng situadas no interior do estado, reservadas no início do século XX, e muito menos tratamento diferenciado à população Guarani, caracterizada genericamente como nômade e estrangeira, resignada e silenciosa, não carecendo de demarcação de áreas²⁰. Os relatórios de Ladeira de 1990 e 1991 quanto ao litoral do Paraná²¹ e de Santa Catarina, favoreceram a formação de grupo técnico para identificação e delimitação de diversas áreas em ambos estados em 1993, incluindo Mbiguaçu e Morro dos Cavalos²², sendo essa a primeira providência governamental e um passo relevante para o início da demarcação de áreas Guarani no Estado de Santa Catarina²³. Os relatórios circunstanciados de Mbiguaçu (Oliveira, 1994) e Morro dos Cavalos (Oliveira, 1995) necessitaram revisões e detalhamentos, mormente a partir da publicação do Decreto 1775/96, sendo criados posteriormente novos grupos técnicos de identificação e delimitação para ambas áreas nos anos de 1998 e 2001, já no cenário das medidas mitigadoras relativas ao projeto de duplicação da rodovia BR 101.

O Museu Universitário da UFSC, que iniciou atuação junto aos aldeamentos Guarani na Grande Florianópolis a partir de 1992 com o antropólogo Aldo Litaiff, efetivou mapeamento das áreas Guarani de março a maio de 1996, elaborando o “Relatório de viagem para mapeamento das áreas/aldeias/acampamentos Guarani no litoral de Santa Catarina”²⁴, usando como referência o relatório de Ladeira (1991). Esse mapeamento mostrou que algumas áreas continuavam ocupadas desde 1991, como Mbiguaçu, Morro dos Cavalos e Rio do Meio, enquanto outras haviam sido ocupadas posteriormente – Massiambu, Praia de Fora, Corveta/Tarumã, Rio Pirai e Reta –, relacionando igualmente os locais

desocupados, como Terra Fraca, Espinheirinho e ainda os acampamentos em Araranguá e Passo de Torres.

No final de 1996 a mesma equipe da UFSC atualizou o mapeamento relativo ao litoral, abrangeu o restante do estado, visitou duas aldeias em Misiones/Argentina e recompôs os dados obtidos anteriormente, levantando algumas relações de parentesco entre famílias no interior e no litoral. Esse mapeamento (Weber et al., 1996)²⁵ enriqueceu a compreensão quanto à dinâmica da ocupação Guarani, incluindo as imbricações entre deslocamentos e parentesco.

Entrementes se consubstanciaram procedimentos legais face ao projeto de duplicação da rodovia litorânea BR 101 em seu trecho norte, de Garuva/SC a Palhoça/SC, projeto que, considerado a partir de um prisma socioambiental e não eminentemente econômico ou geopolítico, seguramente canalizou intensa visibilidade e conhecimento da existência de índios Guarani no litoral catarinense através principalmente da mídia. Em consonância com a Resolução 01/86 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e exigência da Funai, foi elaborado o segundo estudo de impacto ambiental relativo às aldeias Guarani no trecho norte, de Garuva/SC a Palhoça/SC (Ladeira, Darella e Ferrareze, 1996), que evidenciou novo cenário de locais ocupados e desocupados. A conjunção entre projeto de duplicação e relatório de estudo de impacto ambiental fez aflorar politicamente e explicitar publicamente os direitos territoriais dos Guarani, impulsionando sua efetivação no litoral de Santa Catarina, estado no qual até então não havia uma única área Guarani demarcada. Posteriormente, o estudo de impacto ambiental e a minuta do programa básico socioambiental do trecho sul, de Palhoça/SC a Osório/RS (Darella, Garlet e Assis, 2000 e 2001²⁶) igualmente oportunizaram significativa conjugação, sistematização e análise de dados bibliográficos e de campo. Desta forma, ambos os relatórios não somente expuseram, mas enfatizaram a questão territorial dos Guarani, ofereceram um panorama da situação geral e das realidades específicas, requerendo urgência e eficácia governamental quanto à regularização fundiária, manifestando-se a respeito de encaminhamento de estratégias visando definições de política pública para a demarcação de áreas ante a complexidade e singularidade territorial, ocupacional e cultural Guarani. Assim, se a construção da rodovia na década de 1960 desfigurara ambientalmente parte do território Guarani, repercutira nos aldeamentos e deslocamentos, e inaugurara maior contato com a sociedade nacional, através, inclusive, da venda de artesanato, a execução do projeto de duplicação exigiu ações concretas para a garantia de áreas indígenas²⁷.

Em palestra proferida na UFSC logo após os trabalhos de campo do EIA do trecho norte, Ladeira (1996, p. 19) dizia ser o caso de Santa Catarina muito interessante e o da BR 101 muito importante por passarem “por todos esses meandros da questão da territorialidade Guarani. A estrada faz com que seja discutida a questão das terras não definidas...” Essas novas questões fomentaram reflexões nos Guarani quanto a trajetórias de vida e ocupação territorial, solicitando e afinando posicionamentos quanto a direitos territoriais e posturas políticas em prol da demarcação de áreas. A duplicação aguçou, intensificou ou, talvez, acelerou decisões quanto ao presente e ao futuro da ocupação Guarani, ainda que o reconhecimento de direitos territoriais indígenas pelo governo federal esteja acima e seja independente de projetos de desenvolvimento incidentes. Outros fatos inexoráveis como o alastramento e pressão ocupacional da população não indígena, desmatamentos, poluição ambiental, crescimento do fluxo turístico, planejamento e efetivação de diferentes projetos de desenvolvimento, para citar apenas alguns, causam preocupação à população Guarani, significando diminuição paulatina de suas possibilidades efetivas em ocupar áreas florestadas, pois não há controle ou cerceamento sobre as ações e imposições dos “brancos”, que desrespeitam e ferem a natureza, “sangram a terra”, como explicitado nas aldeias. Nesse contexto, o projeto de duplicação vai sendo percebido como fato político estratégico para a acentuação ao direito fundamental: garantia de áreas e projetos para viabilizar vida, autodeterminação, futuro, o que pode ser percebido também pelo entusiasmo e substancial participação de índios Guarani nos trabalhos dos grupos técnicos da Funai ocorridos posteriormente, relacionados ou não ao projeto de duplicação²⁸. Mais e mais, posições de aversão em relação à demarcação de áreas entre os Guarani Mbya deram lugar a redefinições e reivindicações, embora não havendo unanimidade a respeito ainda hoje.

Levantamentos efetivados entre 1991 e 2003 indicam mais de 70 locais de ocupação Guarani no litoral de Santa Catarina nos últimos 20 anos²⁹, ocorrendo marcante convergência e sobreposição entre municípios com sítios e evidências arqueológicas e essa ocupação recente. Ocorreram significativos movimentos de famílias e grupos Guarani no litoral de Santa Catarina, parcialmente observáveis no *Quadro I – Locais e famílias/grupos Guarani entre 1991 e 2003*, que permite visualizar trajetórias e permanências das famílias Guarani mencionadas no relatório de Ladeira (1991) nos últimos 12 anos. Assinala época de “entrada” no atual local e, em negrito, onde essas famílias ou grupos se encontravam em 1996 (outubro), por ser o ano de elaboração do mapeamento da UFSC e

do estudo de impacto ambiental do projeto de duplicação da BR 101, trecho norte. Das famílias/grupos contatados por Ladeira em 1991 apenas a de Alcindo Moreira e Rosa Pereira permaneceu na mesma aldeia até o momento, sendo agudas as críticas feitas por essa importante liderança religiosa que se autodenomina Chiripa ou Paim aos deslocamentos efetivados por grupos familiares, fato que em seu entendimento dificulta o processo demarcatório no litoral. As famílias que mais se deslocaram são Mbya e somente uma das famílias aqui apontadas não vive atualmente no litoral catarinense, a de Marcílio Karai, ainda que sua irmã aqui permaneça desde 1998.

Quadro I – Locais e famílias/grupos Guarani entre 1991 e 2003

Local ocupado em outubro de 1991	Família	Deslocamentos	Local ocupado em outubro de 2003
SC Guabiruba [Brusque]	Benito Oliveira/Etelvina Gonzalez	Litoral SP e retorno ao litoral SC em 1996: Araçá , Tapera, Mbiguaçu, Reta, Tapera (lixão), Pindoty, Jabuticabeira, Ilha do Mel	SC Ilha do Mel (desde outubro de 2001)
SC Espinheirinho [Pinheiro]	Artêmio Brizola/Marta Benite	TI <i>La Klãnõ</i> , Mafra, Curva do Arroz, Poço Grande, Rio Sete Voltas, Rio Pirabeiraba, Rio do Meio , Morro dos Cavalos , Reta, Tarumã, Pirai	SC Pirai (desde fevereiro de 1998), onde Artêmio faleceu em novembro de 2003
SC Espinheirinho [Pinheiro]	Dionísio/Júlia Campos	Litoral do PR, SP e retorno ao litoral SC em 2002: Morro dos Cavalos, Vy'a Porã, Mbiguaçu	SC Mbiguaçu (desde abril 2003)
SC Rio do Meio	Marcílio Karai/Liria	Região lagunar-estuarina (PR-SP)	SP Ilha do Cardoso (desde 1992)
SC Mbiguaçu	Alcindo Moreira/Rosa Pereira	• -	SC Mbiguaçu (desde outubro de 1987)
SC Mbiguaçu	Milton Moreira/Roseli Moreira	De Mbiguaçu para o RS Cantagalo, Campo Bonito	SC Piçarras (em 2003)
SC Morro dos Cavalos	Rosalina Moreira		SC Praia de Fora (desde dezembro de 1994)
SC Terra Fraca [Palhoça]	Ana (tia materna de Etelvina Fontoura)	Saída para Cambirela, onde faleceu em 1994, sendo enterrada no cemitério de Enseada do Brito/Palhoça	

Obs.: Os nomes das localidades entre colchetes são os constantes em Ladeira (1991).

O Quadro II – Aldeias e moradias Guarani no litoral de Santa Catarina – Outubro de 2003 contextualiza a ocupação Guarani no litoral catarinense, podendo ser visualizados 15 aldeamentos Guarani e três locais de moradia (casas), entre os quais as relações são calcadas em parentesco, afinidade, reciprocidade e fatores sócio-políticos, como ocorre no extenso território. Nas moradias de Praia de Fora e Corticeira vivem mulheres Guarani casadas com não-índios. Entre 1991 e 2003 houve significativo incremento ocupacional e populacional: enquanto em outubro de

1991 eram seis os locais ocupados, com média populacional de 100 índios Guarani no litoral catarinense, em outubro de 2003 verificavam-se 18 locais, perfazendo média populacional de 800 pessoas. Embora ocorra ocupação crescente, não se verifica atualmente superlativo movimento oeste-leste, mas sim agregação de parentes (consangüinidade e afinidade) do oeste do território (Brasil, Misiones/ Argentina), e do restante do litoral sul-sudeste, aldeias do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul em deslocamentos sempre analisados a partir das conjunturas sociais, políticas e econômicas. O maior incremento populacional em 2003 foi verificado na aldeia de Mbiguaçu, hoje a mais populosa do litoral catarinense, com premências de várias ordens.

Quadro II – Aldeias e moradias Guarani no litoral de Santa Catarina – Outubro de 2003

	Aldeia/moradia	Município de Localização	Ano de Formação	População (dados aproximados)	Situação fundiária da área
1.	Marangatu	Imaruí	1999	100	Demarcada. Aquisição como medida mitigadora do Gasoduto Bolívia-Brasil
2.	Massiambu	Palhoça	1994	70	Área seqüestrada judicialmente, sendo a Funai sua depositária fiel. Aguardando GT da Funai
3.	Morro dos Cavalos	Palhoça	Década de 1950	140	Delimitada. Aguardando parecer do Ministério da Justiça
4.	Praia de Fora	Palhoça	1994	5	Moradia (lote da Prefeitura Municipal de Palhoça)
5.	Cambirela	Palhoça	Década de 1980	15	Aguardando GT da Funai
6.	Mbiguaçu	Biguaçu	1987	200	Homologada em 2003. Primeira Terra Indígena Guarani de Santa Catarina, com 59 hectares
7.	Tarumã	Araquari	1992	20	Em processo de demarcação (2º GT em 2003)
8.	Pirai (Tiaraju)	Araquari	1983	50	Em processo de demarcação (2º GT em 2003)
9.	Corticeira	Guaramirim		4	Moradia (lote particular)
10.	Yakã Porã	Garuva	2003	20	Sem providências
11.	Ilha do Mel	Araquari	2001	15	Sem providências
12.	Pindoty	Araquari	1998	20	Em processo de demarcação (2º GT em 2003)
13.	Jabuticabeira	Araquari	1999	30	Em processo de demarcação em conjunto com Pindoty
14.	Morro Alto/Laranjeiras	São Francisco do Sul	1999	50	Em processo de demarcação (2º GT em 2003)
15.	Araçá	São Francisco do Sul	Década de 1990	10	Sem providências
16.	Conquista/Jataí	Barra do Sul	2002	30	Em processo de demarcação em conjunto com Pindoty
17.	Amâncio	Biguaçu	2002	10	Sem providências
18.	Piçarras	Piçarras	2003	10	Moradia
				Total: 799	

Obs.: De acordo com levantamento da Funasa, a população Guarani no litoral de SC em 30.10.03 somava 642 pessoas.

A que pode ser atribuído o aumento gradativo da presença Guarani e de locais ocupados (ou por eles observados) no litoral de Santa Catarina? Há uma multiplicidade de fatores internos e externos à cultura no que tange movimento-ocupação, embasando permanentemente as avaliações e práticas dos Guarani. Anoto alguns aspectos relativos a esta extensa faixa litorânea com ocorrência de Floresta Atlântica (tomando a rodovia BR 101 da divisa com o Paraná a do Rio Grande do Sul, o trecho litorâneo perfaz 465 km):

- ✓ Deslocamentos, ocupações (acampamentos ou não), visitas e informações de parentes;
- ✓ Evitação da proximidade, controle e pressão de não-índios;
- ✓ Interpretação e tentativa de efetivação de mensagens/visões oníricas a respeito de movimentos territoriais e locais revelados/sonhados para plantar e viver o “sistema” (*ñande reko* = “nosso sistema”, nosso modo de viver) em áreas de maior proximidade ao mar;
- ✓ Aumento populacional nas aldeias e índice de natalidade superior ao de mortalidade;
- ✓ Chegada e permanência de novos grupos, famílias ou pessoas provenientes do Rio Grande do Sul (originários de Misiones/Argentina), Paraná, São Paulo, Espírito Santo, interior de Santa Catarina motivadas por: reunião de famílias extensas; agregação a parentes; cisões ou alianças; prestígio de xamãs (efetividade de processos de cura, revelações, orientações); reconhecimento de lideranças políticas e efetividade de suas atuações políticas;
- ✓ Reconhecimento do litoral como parte do território Guarani tradicionalmente ocupado há séculos, ou seja, de acordo com os Guarani, a ocupação contemporânea tem conexão com a pré-colonial e colonial;
- ✓ Preservação e atualização do território litorâneo, patrimônio paisagístico, simbólico e intangível, tendo em vista que não houve abandono, mas retirada, “invisibilidade” circunstancial;
- ✓ Entendimento de áreas florestadas serem um direito outorgado pelas divindades e habilitado pelo processo histórico, pelos “antigos avós”. Em ponderações e relatos, índios Guarani expõem a importância de aqui terem estado os antepassados denominados Guarani. Os sinais da presença pretérita dos ancestrais no litoral não somente são reconhecidos, como valorizados por aqueles que aqui vivem. Topônimos advindos da língua Guarani³⁰, ruínas e caminhos de pedra, trilhas, locais de antigas aldeias ou parapeiros, cemitérios, a Floresta Atlântica e a existência de espécies florísticas específicas da criação deste

mundo, tais como cedro (*yary*), palmeira (*pindo*), jabuticabeira (*yva puri*), guabiroba (*guavira*) etc. são, para os Guarani, sinais evidentes de antiga ocupação Guarani no litoral;

- ✓ Fortalecimento das reivindicações territoriais por parte dos Guarani frente a projetos de desenvolvimento (Gasoduto Bolívia-Brasil, duplicação da BR 101) e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro;
- ✓ Inexistência de áreas dos índios Kaingang e Xokleng;
- ✓ Atuações de órgãos e instituições governamentais e não-governamentais em favor dos grupos Guarani e a devida regularização fundiária, sem entrave à circulação de pessoas, famílias, grupos, ou seja, ao movimento territorial.

Essas razões estão entrelaçadas ao substrato mitológico e cosmológico, estreitando a conexão temporal (entre passado e futuro) e existencial (entre natureza e sobrenatureza), o que redimensiona a compreensão quanto aos significados intrínsecos dessa presença humana no tempo presente.

Diálogo entre território/territorialidade e cosmologia-mitologia-história-sociedade-cultura Guarani

Território Guarani consiste em uma cartografia delineada em experiência, criação, memória, conhecimento e reconhecimento, palavra, sentimento, movimento dos Guarani³¹. Traduz existência praticada e pensada heterogeneamente pelos indivíduos e comunidades Guarani no tempo-espço. Nele se evidenciam as especificidades culturais, localizam-se as aldeias e os caminhos, efetivam-se os deslocamentos. É um território processual, relacional e transformado, um *território-em-transformação*: construção que amalgama produção geográfica, histórica, social, econômica e cultural sem precedentes. Efetivamente o território Guarani é objetivado e atualizado nas práticas; arquitetado, analisado e idealizado individual e coletivamente; visualizado nos sonhos e exercitado, conhecido e transmitido de múltiplas formas. Vivência, interpretação e reelaboração de mundo formulam o território e por ele são reformulados.

O *território-de-e-em-movimento* é um conjunto composto por subjetividades e objetividades, uma imensa rede de aldeias substantivada em parentesco, intercâmbio, estratégias, percepções. Esse território se consubstancia e delinea em princípios míticos e cosmológicos, referências sócio-históricas, ambientais e temporais que se inter-relacionam. É, portanto, cartografia que espelha cosmografia, cosmologia, cosmogonia

e mitologia em constante desdobramento e atualização, pois “Cosmologias e seus mitos associados são produtos e são meios da reflexão de um povo sobre sua vida, sua sociedade e sua história. Expressam concepções e experiências. Constroem-se e reconstroem-se ao longo do tempo, dialogando com as alterações trazidas pelo fluir do tempo, pelo circular em novos espaços, pelo contracenar com novos atores” (Silva, 1994, p. 76).

Nas palavras de Leonardo da Silva Gonçalves³² “os mais velhos sempre falam que para os Guarani antigamente não havia necessidade de limites da terra pra viver porque só existia um limite para todos os povos, para os Guarani também, que era o oceano, o mar, que sempre será na memória dos mais velhos, dos Guarani”. O mar (*para guachu*) possui posição de centralidade na cosmologia Guarani: a grande água evoca a superação da humanidade, simboliza a possibilidade da transcendentalidade e imortalidade, a existência da terra sem mal (*yoy marã'eĩ*). Mas sua presença é também ambígua e paradoxal, visto ser amedrontadora e empecilho ao alcance desta próxima terra. Em língua “de antigo”, como me disse Roque Timóteo³³, não se fala *para guachu*, mas *para ñembou ei*, o que significa o equivalente a mar criado ociosamente, sem motivo, porque sua única função parece ser separar a terra com males da terra sem males (Cadogan, 1992, p. 130). Assim, o mar não é identificado como fonte de investimento econômico, mas de investimento espiritual, ontológico. Dele os Guarani querem manter certa distância, ainda que ideal seja poder vê-lo das moradias e se alegrar com ele³⁴.

No livro “Os índios da Serra do Mar. A presença Mbyá-Guarani em São Paulo” (Ladeira & Azanha, 1988), é conceituado pela primeira vez o território Mbya no litoral, junto a Serra do Mar, como um conjunto de aldeias ocupadas tradicionalmente em pontos onde viveram os antepassados dos Mbya. Em “‘O caminhar sob a luz’ – O território Mbya à beira do oceano”, Ladeira aprofundou o entendimento quanto ao território Guarani Mbya na região litorânea e a importância do mar em sua cosmovisão. Pautando-se em narrativas míticas dos Mbya e notável etnografia, explicita que “A partir do litoral, se estrutura o cosmo e se define a geografia desse grupo Mbya” (1992, p. 11). As recentes etnografias de Litaiff (1999) e Ladeira (2002) a respeito da ocupação Guarani Mbya no litoral catarinense, sublinham fatores culturais na argumentação da (re)ocupação do litoral. Por sua vez, a pesquisa etno-histórica desenvolvida por Garlet acentua fatores externos como desencadeadores da desterritorialização (Paraguai) e reterritorialização dos Guarani Mbya, abrangendo o litoral, embora entendesse que “mesmo que os Mbyá não estivessem sobre o vasto território em que hoje se encontram numa épo-

ca anterior aos brancos, têm clareza de que outros grupos Guarani nele estiveram, pois a toponímia comprova-o. Neste sentido, procuram estabelecer uma continuidade histórica às ocupações” (Garlet, 1997a, p. 56). É a isso que índios Guarani têm se referido.

Tanto índios Guarani mais velhos, quanto jovens que vivem no litoral de Santa Catarina, têm se manifestado sobre o significado de sua existência no litoral, nas proximidades do oceano, presença que querem ver traduzida em vigor, energia, alegria, saúde, estudo e esperança na consecução da “terra sagrada”, a terra sem males, empreendimento que necessita e depende do exercício individual, mas está ancorado no esforço coletivo, na vivência do *ñande reko*. Ocorre, desta forma, atualização, ressignificação e afirmação do espaço litorâneo com base na crença da possibilidade da superação da condição humana a partir de lugares condizentes. Do outro lado do mar – *para guachu rovái, yy guachu rovái* – enfatizam encontrar-se a terra sem mal, sagrada, áurea (*yvy marã'eĩ*). A Terra indestrutível, eterna, perfeita, que simboliza a primeira Terra e a próxima Terra, a terra dos divinos e da requalificação da divindade original. Essa Terra é atingível a partir da idealizada vivência do *ñande reko* (“nosso sistema”, nosso modo de viver), através do qual advém leveza, plenitude, perfeição, virtuosidade, purificação (*aguyje*), imortalidade, indestrutibilidade (*kandire*). Uma dimensão apresentada como “terra ↔ homem ↔ TERRA” (Borges, 1998) e que poderia ser igualmente apontada como ser ↔ devir ↔ SER (existência humana, alma divina – perfeição e imortalidade – existência divina).

O mar, a terra e a TERRA são permanentemente entoados no litoral de Santa Catarina, palavras humanas (*ñe'* ou *ayvu*) diretamente relacionadas à criação e às divindades. Cantos que explicitam a cosmovisão, compartilham o território, ou melhor, sua concepção territorial na própria língua³⁵. Os cantos-reza (*poraéi*) são embebidos dessa substância que reúne mar-imortalidade. Recentemente esses cantos ganharam novas dimensões: CDs foram gravados em diversas aldeias, ajudando a pensar sobre o posicionamento e sentimento dos Guarani quanto ao oceano, ao litoral e à “terra sagrada”, sendo recorrente a alegria que a possibilidade da caminhada-travessia e do alcance dessa terra proporciona. A cosmovisão, como uma paisagem cósmica, é extravasada e ecoa como que numa palavra dos, sobre e para os Guarani. Seria como uma etnocartografia³⁶ que enuncia este mundo (*yvy pyau*), o mar (*yy guachu, para guachu*) e o outro mundo (*yvy marã'eĩ*).

Nos CDs das aldeias Mbiguaçu³⁷, Massiambu, Morro dos Cavalos e Marangatu³⁸, várias músicas mencionam não somente a existência da

terra sem mal (terra sagrada, sem males, boa e bela, amarela), mas também comportamentos e estratégias com relação a ela. Enfatizam as divindades, a dança, os cantos, os instrumentos musicais, os xamãs, a casa cerimonial, o oceano e a língua, dentre outros. Também no restante do litoral sul-sudeste ou mesmo mais a oeste, os Guarani ressaltam a importância de sua caminhada deste lado do mar e da terra sem males do outro lado do oceano em seus CDs³⁹. As performances dos grupos musicais de 17 aldeias do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro (com integrantes de ainda outras aldeias) do litoral ou interior, apresentadas dentro ou fora das aldeias, integram cantos e danças, apresentação vocal e instrumental, como nas manifestações *jeroky* e *jerojy*, primordialmente constituídas pela música, dança e palavra cantada ou declamada que acontecem fora e dentro da casa cerimonial (*opy*), verificando-se não apenas a similitude de melodias e coreografias, mas a das temáticas. Para Dallanhol (2002, p. 68), tanto o *jeroky* quanto o *jerojy* “têm como função estabelecer comunicação com os seres ‘de lá’. Esse termo, ‘de lá’, é usado por meus informantes para se referirem a uma outra esfera que não a terrena, ou seja, aos habitantes de *Yvy Tenonde/Primeira Terra*, conforme consta nos relatos sobre a cosmologia *mbyá*”. Essa comunicação está intrinsecamente relacionada ao xamanismo, pois como analisou Montardo (2002, p. 12), no ritual cotidiano a música nos três subgrupos Guarani “é um caminho a percorrer ao encontro dos deuses”.

As músicas dos oito CDs mencionados sustentam um conteúdo mítico-cosmológico, complementando-se. São portadoras de sentido, para tomar a proposição de Bastos (*apud* Montardo, 1996). As composições transparecem ênfases e significados. Reforçam a “relação entre a música, a espacialidade e a cosmologia” (Montardo, 2002, p. 132). Substantivam e transmitem modernamente oralidade, pensamento e movimento Guarani. Reúnem, fazem circular e influenciam cantos e melodias entre as aldeias, prática de intercâmbio tradicionalmente existente. Mais do que isso: ressaltam e comunicam a cosmovisão atual.

Os cantos são mensagens e evocações. São igualmente preces, na acepção dada por Mauss (1979): um fenômeno religioso central; um eco e produto do contexto, em perpétua transformação; um ponto de convergência entre ação e pensamento; um rito que mais traduz atitudes da alma do que do corpo. Entoados somente em língua Guarani⁴⁰, os cantos advêm da comunicação e querem efetivar comunicação entre os Guarani e os deuses, sendo também comunicação entre os Guarani e possivelmente entre os Guarani e os “brancos” que apreendem essa linguagem-desejo de mundo e vida⁴¹. A terra sem mal nas músicas configura um

imaginado-real, uma deflagração viagem-destino, uma possibilidade-concretude. A ponte entre os que a cantam (humanos) e os que dela chamam (encantados, perfeitos, plenos) requer saúde, alegria, perseverança. E isso só pode ser vivido a partir de uma base física concreta: a terra, inserida numa dimensão espacial-temporal-social de referência: o território, que infunde sentimento, pertencimento, consciência, abstração e percepção de mundo: a territorialidade. As músicas auxiliam no entendimento da territorialidade e instigam o fortalecimento e concretização de direitos territoriais, como acontece com povos aborígenes na Austrália desde a década de 1970, conforme exposto por Koch (1997). No entanto, há largo descompasso entre esse ideal cantado e o real vivido: os Guarani vivem impasses, premências, dificuldades de várias ordens, a iniciar pela econômica.

A geografia Guarani é um mapeamento espacial de referência, orientação, vinculação, existência, dinâmica sociocultural, bem como de constantes ineditismos. Um produto calcado em passado e presente, na tentativa de viabilização do futuro, do destino, do devir. Neste território, entre natureza e sobrenatureza, os Guarani vivem a permanente intenção da superação da condição humana, a possibilidade da reaquisição do status de divindade vivido quando da primeira Terra (*Yvy Tenonde*) e por isso são, de fato, “seres do devir”, como os denominou Viveiros de Castro (1987), que nesta segunda Terra (*Yvy Pyau*, que é também *Yvy Vai*, a terra com mal) necessitam ver atendida a sua solicitação precípua, a de poder viver em áreas de mata que possam denominar *tekoa*. No litoral de Santa Catarina poucos locais foram denominados *tekoa* (lugar de cultura, lugar do “nosso sistema”), fazendo recordar a célebre e sempre atual frase de Melià (1997, p. 106): “sin *tekoha* no hay *teko*”. Antigamente, segundo os mais velhos, eram escolhidos locais ideais para ocupação. Entrementes, a própria denominação *tekoa* sofre controvérsia entre os próprios Guarani. O local de morada pode ser denominado *tekoa* por alguns, mesmo sendo apenas o local possível, mas para outros nem todo o local de morada é *tekoa*, por não possuir condições de concretização do correto modo de ser, ou seja, do *ñande reko*.⁴² Assim, tão correta quanto a afirmação “sin *tekoha* no hay *teko*” é a formulação inversa: “sem *teko* não há *tekoa*.”

Conclusão

Os Guarani estão efetivamente expondo algo basilar sobre si em palavras e ações neste tempo e neste espaço. O presente exercício pretende sublinhar dados que abarcam as últimas duas décadas no litoral de Santa Catarina, onde se verifica imbricação entre terra – território – territorialidade – *processo de territorialização*⁴³, ocorrendo atualização, afirmação e marcante ressignificação do litoral, posicionamento que denota o *habitus*, que incorpora história, transformação, potência geradora, invenção, sendo também adaptação, ajustamento ao mundo (Bourdieu, 1983). “Culturas diferentes, historicidades diferentes”, assinalaria Sahlins, defendendo ser a história “ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas”, pois as “pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural” (1990, p. 7). Mito, cosmovisão, estrutura, conjuntura e prática estão em permanente conjunção com a territorialidade, como versado em trabalhos recentes relativos aos Guarani (sobretudo Mbya) no litoral sul-sudeste do Brasil por Ladeira (1990, 1992, 2001), Venzon (1990-1993), Vietta (1992), Litaiff (1996, 1999), Garlet (1997a, 1997b), Garlet & Assis (1998), Basini (1999), Mello (2001), Brighenti (2001), Ciccarone (2001), Felipim (2001), Ferreira (2001), Guimarães (2001), Dallanhol (2002), Oliveira (2002), dentre outros, sem mencionar relatórios de grupos técnicos, de pesquisa, trabalho/atuação, mapeamento, levantamento; estudos de impacto socioambiental; pareceres antropológicos; perícias judiciais e demais peças que requerem pesquisas de campo, acentuando “pensares, dizeres e fazeres” dos Guarani, assinalando incomensurável patrimônio de reflexão e qualificação. O mesmo ocorre com os pronunciamentos dos próprios Guarani, seja em eventos públicos (reuniões, seminários, cursos, exposições etc.), vídeos, CDs, programas de rádio e textos publicados ou não, como no caso de Milton Moreira (anteriormente citado) e Adolfo Timóteo, com o livro “A história da vida Guarani” (Mirim, 2000), que inicia desenvolvendo questões que dão conta do título do primeiro capítulo: “Porque nós (Guarani) estamos aqui”.

Nos últimos anos a demanda por áreas tem sido fortemente realçada junto aos “brancos”. “*Ore roipota yvy porã*” (“Nós precisamos de terra boa”) é a frase precípua, verbalizada num sem número de ocasiões por índios Guarani que, nascidos ou não no litoral, não tencionam deixá-lo. Mensagem sonora e clara. O litoral como território mítico-histórico se compõe igualmente como território social e, sobretudo, político frente às sociedades regional e nacional. Os Guarani reivindicam além de respei-

to, o reconhecimento de sua existência, história e singularidade traduzida em direitos territoriais. Solicitam a legitimidade de sua presença e visão de mundo. Estão verbalizando seus entendimentos e posicionamentos com gradativa veemência para a sociedade nacional neste tempo presente no qual a demarcação não mais é vista como confinamento, mas probabilidade de vivência do “sistema” e resguardo dos “brancos” que estão “apertando”, “fechando” e mesmo “incomodando”, ou seja, inviabilizando a existência Guarani.

Pode ser verificada uma territorialização singular em curso. As estratégias e respostas dos Guarani são constantemente atualizadas também em função dos projetos externos, causadores de novos embates e posicionamentos. A rodovia BR 101 e presentemente a sua duplicação mexem com o território, desfiguram-no, movimentam pensamentos, determinam atitudes e estratégias dos Guarani que, nesse processo, estão desafiados a lidar com novas conjunturas, organizando-se para expor e defender mais enfaticamente seus pontos de vista e necessidades territoriais/ambientais.

Primordialmente, como exposto, os Guarani buscam a vivência do *ñande reko*, visando a plenitude e perfeição, a sobrenatureza. Este aspecto, essencial para os Guarani, não é de conhecimento ou de fácil compreensão ou aceitação do senso comum, a sociedade envolvente em geral e, ademais, os Guarani não se dispõem a verbalizá-lo abertamente, ainda que a bibliografia especializada seja profícua nessa direção, mas ainda assim de restrita circulação. Por outro lado, é freqüente e tenaz em reuniões públicas a evocação dos Guarani de que no litoral viviam os antepassados, tendo ciência de veladas ou explícitas acusações de serem índios do Paraguai e da Argentina e, portanto, não possuírem direitos territoriais no Brasil. Observo inclusive certa apropriação e reabilitação de relatos de viajantes e cronistas que aportaram no litoral de Santa Catarina, rejuntando o período entre os séculos XVI e XXI, como uma comprovação registrada pelos “brancos” quanto à presença Guarani, assim como a valorização dos sítios arqueológicos e de acervos arqueológicos e etnográficos de museus. Em suma, os Guarani sabem que o discurso sobre a necessidade de áreas para viver pode ser apreendido pela sociedade envolvente, visto se tratar de uma necessidade básica humana, mundana (havendo múltiplos questionamentos e embates em termos de tamanho e localização de áreas), mas o sentido investido nesse discurso está longe de ser captado ou entendido, não querendo os Guarani arriscar exposições indevidas e a possível ridicularização de outrem quanto a suas crenças essenciais.

Proponho, portanto, sinalizar uma questão central quanto à cosmologia e mitologia que possuem o poder organizador de mundo, propugnando a relevância e atualidade do ponto de vista dos Guarani que vivem no litoral. Esse permanente exercício de compreensão da tradicionalidade, temporalidade e territorialidade do “outro”, pode ser inspirado em Viveiros de Castro que, acentuando ser o movimento a essência, a marca ontológica das sociedades Tupi, aponta estarmos diante de estátuas de murta e não de mármore (1992), encontrando-nos desafiados a “não explicar, nem interpretar: multiplicar e experimentar” (2002) no contexto relacional permanente entre antropólogo – nativo (entre nativos, entre nativos e sociedade envolvente etc.). Portanto, um Guarani dizer que existe a terra sem mal, ele não está falando de uma cartografia mundial (im)provável, mas apresentando a possibilidade de ascensão da dimensão (sobre)humana de pessoas desse povo (inquestionavelmente para ele a verdadeira humanidade, a única humanidade a poder alcançá-la) que buscam leveza e perfeição, através das quais atingem a imortalidade, em áreas florestadas onde possam viver seu sistema de acordo com as prescrições divinas. Importa que se leve a sério o que esse Guarani está dizendo, não neutralizando seu pensamento, porque isso diz algo sobre quem diz isso, sendo que “As noções de importância, de necessidade, de interesse são mil vezes mais determinantes que a noção de verdade”, como escreveu Deleuze (*apud* Viveiros de Castro, 2002, p. 145). As crenças constituem elementos consagrados pelos Guarani através do que Lévi-Strauss (1996) denominou “eficácia simbólica”, que se ancora no consenso social, ou seja, o indivíduo acredita na “linguagem”, nos elementos, nas curas, nas divindades e esse indivíduo “é membro de uma sociedade que acredita”. As crenças possuem sentido no conjunto, no “sistema”, que faz sentido aos Guarani.

Também no litoral de Santa Catarina os Guarani estão desafiados a produzir articulações entre sua territorialidade e a legislação fundiária que efetivamente não dá conta dessa especificidade em todo o território, seja no Brasil, Paraguai, Argentina ou Uruguai. Estão tateando como realizar a concretização de sua responsabilidade, a de salvaguardar lugares “revelados” no litoral, construindo argumentos para sua existência, continuando a afirmar que não brigarão pela terra e recusando-se terminantemente a fazê-lo. A resignificação do litoral neste tempo presente pode ser pensada, então, como uma atualização das estratégias culturais face às novas conjunturas. Sua faceta política seria a substantivação de direitos constitucionais: o direito à ocupação tradicional. O litoral simbólico vai sendo potencializado em tema político. Essa

criação deve dar sustentação para conservação do mundo. Do passado ao futuro.

Tomando a noção de movimento, constitutivo dos Guarani, que se estende para além de deslocamentos físicos, alcançando as estratégias e respostas frente às realidades; o modo de ser, o “sistema” dos Guarani, que reúne os conhecimentos e experiências dos antepassados e contabiliza a dificuldade atual de sua vivência; a consciência da instabilidade desta terra na qual o horizonte do cataclismo é sempre presente, mas prorrogado à medida em que os Guarani conseguirem sendo Guarani; a intenção sempre renovada de superação da condição humana (tensa, crítica, finita) e alcance da condição divina (plena, perfeita e infinita), é possível dizer que no litoral de Santa Catarina, a exemplo do restante do litoral sul-sudeste, os Guarani reestruturam e reordenam não somente a existência individual e coletiva, mas igualmente a territorial. A comparação entre a existência no “tempo de antigamente” e no “tempo de agora”, de uma nova e avassaladora “redução” (gradativas dificuldades de ocupação de áreas florestadas e com solo fértil, desmatamentos, devastação e degradação ambiental, escassez de recursos naturais, inúmeras intervenções externas e conseqüentes demandas, doenças etc.), um contexto avassalador, de real constrangimento, impasse e ameaça, faz os Guarani desencadearem e sublinharem os aspectos referenciados pelas deidades e pelos ancestrais, e buscarem soluções visando equilíbrio, revigoramento. A preservação dos lugares verdadeiros (com matas), das sementes verdadeiras, da água verdadeira, do “sistema”, das pessoas, da sociedade, do mundo, direito outorgado pelas divindades e pelos antepassados, norteado pelos xamãs, precisa integrar direito constitucional, ser reconhecido como direito tradicional. Trata-se de uma tarefa complexa que está em andamento e que engloba debate, proposição e implementação de políticas públicas transnacionais específicas que abranjam a singularidade do modo de ser Guarani. O ano de 2004 sugere percurso incisivo nessa direção, uma vez que a Funai assume-o como ano de substancial incremento a novas identificações/delimitações de áreas Guarani no país.

Notas:

¹ No litoral catarinense a grande maioria dos Guarani pertence à parcialidade Mbya, havendo também Chiripa e Kaiova. Essa classificação e denominação clássicas, afirmadas ou não pelos Guarani, apontam para uma unidade cultural por um lado e para a heterogeneidade, de outro. A diversidade está baseada em aspectos como língua, mitologia, cosmologia, organização social e política, vivência territorial,

experiência individual e grupal, normas e comportamentos, conhecimentos, interpretações, práticas xamanísticas, relações inter-grupais e inter-societárias, dentre outros aspectos.

² Datação pela análise carbono 14 no sítio Porto Rio Vermelho II, situado na Lagoa da Conceição (Ilha de Santa Catarina), comprovou ocupação do início do segundo milênio (De Masi, 2002).

³ Cito algumas referências bibliográficas relativas à faixa costeira de Santa Catarina: Schmitz (1959); Eble & Reis (1976); Piazza & Prous (1977); Rohr (1984); Fossari *et al.* (1992); Silva *et al.* (1999); De Masi (2001); Noelli (2003), dentre outros. Menciono também comunicações pessoais sobre a ocupação Guarani com as arqueólogas Teresa Fossari e Dione Bandeira, do Museu Universitário/UFSC (Florianópolis/SC) e Museu do Sambaqui (Joinville/SC), respectivamente, em novembro de 2003.

⁴ Relatos encontrados em Perrone-Moisés (1991-1992, 1996), Cabeza de Vaca (1987), Staden (1999 [1548-1555]) e Souza (1987).

⁵ Exemplo do reconhecimento desse conhecimento ocorreu no século XVIII, quando os Guarani foram referidos como *primus verus systematicus* da biologia pelo naturalista sueco Karl von Linné (1707-1778) (Noelli, 1993, Giannini, 1994).

⁶ Schmidl empreendeu a viagem entre Assunção e São Vicente/SP entre 1552 e 1553. O seu itinerário foi elaborado por Reinhard Maack (*apud* Ladeira, 1990, 1992).

⁷ Dados sobre a ocupação Guarani são encontrados em Coelho (1856), Boiteux (s/d), Pereira (1939), Santos (1977), Cabral (1987), Monteiro (1992), Bond (1998) e Mosimann (2002), para referenciar apenas alguns autores.

⁸ A conhecida xilogravura da Ilha de Santa Catarina e da aldeia Acutia, publicada por Hans Staden, figura na capa da primeira Revista Tellus, de 2001.

⁹ Terra indígena identificada e delimitada em 2002 por grupo técnico coordenado por Ladeira (2002).

¹⁰ Carta ao Rei, de 12/05/1609, publicada na *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, v. 1, p. 586-592.

¹¹ Há falta de fontes históricas sobre essa presença também no litoral paranaense, como apontado por Ladeira (1990).

¹² Garlet e Assis (1998), ao efetivarem levantamentos sobre ocupações Guarani Mbya no litoral do Paraná, mencionam relatos de índios Mbya sobre assentamentos nos municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e Antonina, apresentando fotografia de ocupação Mbya em Matinhos no início do século XX, pertencente ao acervo da Casa da Memória e Acervos Documentais de Curitiba. As ocupações Guarani no litoral do Paraná registradas a partir da década de 1980, ocorrem nos municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba, com a formação de uma aldeia em Pontal do Paraná mais recentemente.

¹³ Para aprofundamento sobre a ocupação territorial e forma de vida dos Xokleng consultar Santos (1987), Lavina (1994) e Wiik (1999).

¹⁴ Ver os textos “Os Kaingang e a natureza” (Fernandes, 2003) e “Kaingang”, de Tommasino & Fernandes (s/d).

¹⁵ De conformidade com o “Relatório de Mapeamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro”, Florianópolis: Fatma, 1997.

¹⁶ Informações e depoimentos constam em Ladeira (1991, 2002) e Darella, Garlet e Assis (2000).

¹⁷ Bott (1975), Simonian (1986), Coutinho (1994) e Oliveira (1995) abordam a passagem e vivência de famílias Guarani nessa área. Schaden (1974, p. 5) menciona “algumas levas de índios Mbüa do Leste paraguaio e Nordeste argentino que, atravessando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, chegaram ao litoral de São Paulo”, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, sem especificar as rotas dos deslocamentos. Fotografia de Schaden publicada em Métraux (1967) com a informação: “Groupe Mbüa-Guarani émigrant vers la côte de l’Atlantique d’où l’on espère arriver plus facilement au Paradis. État de Santa Catarina, Brésil”, fermenta ainda mais o interesse na composição de trajetórias reunindo locais de parada e datas de migração oeste-leste de grupos Mbya levantados pelo autor em campo. É interessante registrar que a UFSC oportunamente formulou projeto para aquisição do acervo de Egon Schaden, famoso antropólogo nascido em São Bonifácio, Santa Catarina, no início do século XX e autor de trabalhos cruciais sobre os índios Guarani, acervo que teria a propriedade de alargar os horizontes de pesquisa e compreensão quanto aos Guarani.

¹⁸ Da aldeia Guarani situada na TI *La Klãnõ* (conhecida pelas denominações Reserva Indígena Duque de Caxias e posteriormente Área Indígena Ibirama), reservada em 1926 aos índios Xokleng (Jê) e atualmente em fase de demarcação física, a partir de processo de ampliação instaurado com GT de 1998, coordenado pelo antropólogo Walmir Pereira. O início da ocupação Guarani deu-se na década de 1940, como me informou Laurindo Tibes, integrante do primeiro grupo Guarani a viver no local, proveniente da aldeia Guarani da TI Mangueirinha (Kaingang), situada no interior do Paraná. Desde então a presença Guarani foi contínua, havendo atualmente dois locais de ocupação. A respeito dos Guarani nessa área ver Camargo (1992) e Weber et al. (1996).

¹⁹ A antropóloga e geógrafa Maria Inês Ladeira, do Centro de Trabalho Indigenista (São Paulo), iniciou trabalho junto aos Guarani na aldeia Barragem (São Paulo/SP) em 1978, completando em 2003, 25 anos de atuação e pesquisa embebidas em afinidade e comprometimento existencial e político junto aos Guarani. É autora de dissertação, tese, livro e inúmeros artigos, textos, projetos, pareceres e relatórios que são fruto de ininterruptos e oportunos trabalhos nas aldeias litorâneas entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul, propiciando incremento ao conhecimento a respeito das especificidades socioculturais e socioambientais, regularização fundiária, manutenção e recuperação ambiental das áreas, auto-sustentabilidade, dentre outros aspectos fundamentais à autonomia e autodeterminação dos Guarani no amplo território.

²⁰ Talvez em parte essa postura governamental proviesse de posicionamentos de grupos Guarani Mbya em épocas anteriores, contrários a não demarcação, tendo em vista seu entendimento de mundo, de destruição deste mundo, bem como de sua existência provisória neste mundo.

²¹ Quanto ao Paraná, Ladeira (1991) anexa o “Relatório Ilha da Cotinga”, redigido por José João de Oliveira em 1985 e Garlet e Assis (1998) mencionam o “Relatório sobre os Mbyá-Guarani do Rio da Pescada da Ilha das Peças, Município de Guaqueçaba”, de autoria de Francisco Witt, de 1987. José João de Oliveira e Francisco Witt são atualmente funcionários da Funai em Palhoça/SC e Osório/RS.

²² De acordo com a Portaria nº 973, de 01.10.93, em conformidade com o Decreto nº 22, de 04.02.91. Ao GT (Grupo Técnico) coordenado pelo antropólogo Wagner An-

tonio de Oliveira, coube, além de Mbiguaçu e Morro dos Cavalos, a identificação e delimitação das áreas Guarani de Ilha das Peças, Superagüi, Farol, Guaraqueçaba e Inácio Martins, situadas no Paraná. No mesmo ano de 1993 foram constituídos dois GTs para identificação de nove áreas dos Mbya no RS, após o primeiro GT, de Barra do Ouro, em 1985.

²³ Não houve providências concretas na época ou posteriormente quanto aos demais locais mencionados no relatório de Ladeira (1991), mesmo que a programação da Funai de Brasília, conforme Walter Coutinho Jr. em 1997 (conforme Memo nº 029/DID/DAF, de 05.03.97), tenha incluído para identificações relativas ao biênio 1994/1995 “não somente uma área denominada Brusque [Guabiruba], situada no município de mesmo nome, mas também aquelas chamadas de Espinheiro (Município de Itajaí) e São Francisco do Sul (no município de mesmo nome)”.

²⁴ De autoria de Maria Dorothea Post Darella, Deise Lucy Montardo (MU/UFSC), Catia Weber e Maristela H. Farias (NEPI/UFSC).

²⁵ Publicado parcialmente em Fogel (1998).

²⁶ Com a colaboração de Flávia Cristina de Mello (doutoranda do PPGAS/UFSC) e Melissa Dietrich.

²⁷ A construção e duplicação da rodovia e os impactos globais e cumulativos na sociedade Guarani são abordados nos estudos de impacto e programa socioambiental (Ladeira, Darella e Ferrareze, 1996; Darella, Garlet e Assis, 2000, 2001).

²⁸ Grupos técnicos coordenados por Iane Andrade Neves (Funai), Aldo Litaiff (UFSC), Maria Inês Ladeira (CTI) e Maria Janete Albuquerque de Carvalho (Funai). Tendo participado dos estudos de impacto socioambiental e de grupos técnicos da Funai, e acompanhado o processo relativo à duplicação da BR 101 e os índios Guarani, elaborei análises a respeito do tema rodovia BR 101 e índios Guarani, conforme Darella (1997, 1999, 2001) e Mello & Darella (2003).

²⁹ Esse número, ainda parcial, advém basicamente de constatações em campo, troca de informações entre pesquisadores, relatos e viagens com índios Guarani. Registro uma multiplicidade de aspectos desses locais: áreas de domínio público (debaixo ou ao lado de pontes, em beira de estradas) ou particular (cedidas temporariamente pelo proprietário; quando de prestação de serviços), abandonadas, próximas de rios, de lixão, insulares, com ou sem recursos naturais, exíguas ou de maior amplitude, com sobreposição de unidade de conservação etc. Informações em relação à situação legal das áreas hoje ocupadas constam do Quadro II.

³⁰ Anoto alguns topônimos no litoral catarinense: Cacupé, Itaguaçu, Saí-Guaçu, Itapoá, Itapocu, Piraí, Guaramirim, Massaranduba, Itapocorói, Itajaí-açu, Itajaí-mirim, Camboriú, Itapema, Biguaçu, Itacorubi, Araranguá, Itapeva, Itajuba, Itaipava, Garopaba, Jaguaruna, Itapirubá, nomes de cidades, rios, ilhas, praias, bairros e localidades.

³¹ Algumas das principais categorias definidoras e aglutinadoras do amplo território, no meu ponto de vista, são: lugar de moradia (tekoa) – aldeia, roça, mata; “sistema” (teko, ñande reko); palavra (ñe’ ou ayvu); xamã mulher (kuña karai) e xamã homem (ñanderu, opygu, karai); casa cerimonial (opy), agricultura (ma’eti) e todos os aspectos a elas incidentes. Nele vigoram localizações fundamentais, sempre referenciadas pelos Guarani: o centro do mundo (yvy mbyte), situado no Paraguai e o mar (para guachu), localizado a leste, de acordo com os Guarani que vivem no litoral.

³² Na aldeia de Massiambu/SC em setembro de 2000. Leonardo, nascido em M'boi Mirim/SP e proveniente da aldeia Mboapy Pindo (Três Palmeiras/ES) em 1997, assumiu a liderança política da aldeia de Morro dos Cavalos em fevereiro de 2004.

³³ Quando vivia debaixo da ponte do Rio Três Barras/SC (BR 101), em agosto de 2003. Sua trajetória no território inclui Misiones/Argentina, Rio Grande do Sul, Uruguai, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Santa Catarina.

³⁴ “Quando nós olhamos o mar, nós temos esse sentimento, é como se estivéssemos junto de Tupã, isso nos deixa alegre,” falou Verá Mirim, da aldeia Sapukai/RJ, para Oliveira (2002, p. 152).

³⁵ Ladeira (1992, 2001) menciona cantigas a respeito do lugar e importância do mar, lembrando inclusive as recolhidas por Schaden (1974).

³⁶ Termo utilizado por Novaes (1998) em texto sobre os Bororo (sociedade pertencente ao tronco lingüístico Macro-Jê, família lingüística Bororo) e seus cantos que enunciam acidentes geográficos, pontos da abóbada celeste, unidades sociais, ou seja, paisagens geográficas, cósmicas e sociais.

³⁷ CD Nheé Garai Mara Eyn. Üvýtchĩ Ovy, do Grupo Nuvens Azuis. Aldeia Yn Moroti Wherá (Biguaçu/SC), 2003.

³⁸ CD Mborai Marae-y. Cantos Sagrados e CD Tery Maraë-ÿ, do Coral Renascer do Sol (Kuaray Ouá), de 2000 e 2003, e CD Nhamandu Werá – Brilho do Sol. Cantos Sagrados Guarani pela paz da humanidade.

³⁹ CD Yvy Ju. Caminho da terra sem males. Grupo de Canto e Dança Nhãmandu Mirim. Aldeia Estiva (Viamão/RS), 2002; CD Ñande Reko Arandu. Memória Viva Guarani. Aldeias Rio Silveira (São Sebastião/SP), Morro da Saudade (São Paulo/SP), Jaexaa Porã (Ubatuba/SP) e Sapucaí (Angra dos Reis/RJ); CD Mborai Marae'ÿ Guarani (Cânticos Eternos Guarani), composto por músicas das aldeias Palmeirinha do Iguaçu (Chopinzinho), Rio d'Areia (Inácio Martins), Pindoty (Paranaguá), Pinhal (Espigão Alto do Iguaçu), Tapixi (Nova Laranjeira), Ocoí (São Miguel do Iguaçu) e Anhetênte (Diamante do Oeste), todas situadas no Paraná, e CD Ambá Werá – Cânticos espirituais sagrados guaranis, da aldeia Karuguá, localizada em Curitiba/Pr.

⁴⁰ A maioria dos encartes são vendidos com letras em língua Guarani e tradução em língua portuguesa.

⁴¹ Ainda que apresentações dos grupos musicais seja solicitada em inúmeras ocasiões e múltiplos eventos fora das aldeias, verificando-se fascinação por parte do público, não ocorre real compreensão do conteúdo e significação das mensagens dos cantos, cujo substrato é a cosmologia, a mitologia, a cultura.

⁴² Garlet (1997a) menciona a resistência por parte de alguns Mbya em denominar espaços ocupados atualmente de tekoa. Classifica os espaços ocupados em: a) resultantes de premência e imediatismo, temporários; b) possíveis e c) ideais.

⁴³ Termo tomado de Oliveira (1998, 1999), o processo de territorialização está estreitamente vinculado às conjunturas políticas e históricas. Segundo o autor essa noção “é definida como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (1999, p. 20).

Referências bibliográficas

ATLAS da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995. São Paulo: SOS Mata Atlântica/ INPE/ISA, 1998.

BASINI RODRIGUEZ, José Exequiel. *Estratégias econômicas, políticas e religiosas na mito-práxis mbyá-guarani*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

BOITEUX, Lucas A. *Notas para a História Catharinense*. Florianópolis: Typ. Livraria Moderna, [s.d.].

BOND, Rosana. *A saga de Aleixo Garcia: o descobridor do Império Inca*. Florianópolis: Insular/Fundação Franklin Cascaes, 1998.

BORGES, Luiz Carlos. *Fala instituinte do discurso mítico Guarani Mbyá*. 1998. Tese (Doutorado em Lingüística) – Unicamp, Campinas, 1998.

BOTT, Rosa M. B. *Levantamento etnográfico de um grupo Guarani*. Trabalho apresentado para a disciplina Etnologia Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 95-107.

BRIGHENTI, Clovis A. *Integração e desintegração*. Análise do tratamento dispensado pelos Estados brasileiro e argentino ao povo Guarani em Santa Catarina e na província de Misiones. 2001. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CABEZA DE VACA, Álvar Nuñez. *Naufrágios e comentários*. São Paulo: L & PM, 1987.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CADOGAN, León. *Diccionario Mbya-Guarani – Castellano*. Asunción: CEADUC-CEPAG, 1992.

CAMARGO, Gisele G.A. *“A reserva da reserva”*. Um des-território Guarani em território Xokleng. Projeto de pesquisa para seleção do Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

CICCARONE, Celeste. *Drama e sensibilidade*. Migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

COELHO, Manoel J. d'Almeida. *Memoria Historica da Provincia de Santa Catharina*. Santa Catharina: Typ. Desterrense de J.J.Lopes, 1856.

COUTINHO, Maria Rosa. *A identidade étnica na dinâmica social dos Guarani Nhandéva*. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

DALLANHOL, Kátia M.B. *Jeroky e jerojy: por uma antropologia da música entre os Mbyá-Guarani do Morro dos Cavalos*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DARELLA, M.D.P. *A duplicação da BR 101 e os índios Guarani: o caso de Santa Catarina/Trecho Garuva-Palhoça*. 1997. Trabalho da disciplina Antropologia e Projetos de Desenvolvimento, PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____. *Aldeias, terras e índios Guarani no litoral centro-norte de Santa Catarina e a BR 101* (GTs Portarias 641/PRES – 699/PRES e 922/PRES/1998. Relatório Final. Florianópolis, 1999.

_____. *Os relatórios Estudo de Impacto e Programa Básico Socioambiental do projeto de duplicação da rodovia BR 101 – trecho sul relativos às populações indígenas: questionamentos quanto a sua trajetória e efetividade*. Trabalho apresentado na IV RAM, Curitiba-PR, 2001.

DARELLA, M.D.P.; GARLET, Ivori J.; ASSIS, Valéria S. de. *Estudo de impacto: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC-Osório/RS*. Florianópolis – São Leopoldo: [s.n.], 2000.

_____. *Programa Básico Socioambiental: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC-Osório/RS*. Florianópolis – São Leopoldo: [s.n.], 2001.

DE MASI, Marco A. *A questão da ocupação tradicional*. Palestra proferida no Seminário sobre Territorialidade Guarani. Florianópolis-SC, setembro, 2001.

EBLE, Alroino B.; REIS, Maria José. Patrimônio pré-histórico. In: SANTOS, S.C. dos (coord.). *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – aspectos culturais e sociais I*. Florianópolis: UFSC/FATMA, 1976. p. 8-44.

FELIPIM, Adriana Perez. *O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, Município de Cananéia-SP*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade de São Paulo, Piracicaba-SP, 2001.

FERNANDES, Ricardo Cid. Os Kaingang e a natureza. In: SEESUL - SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL: ASPECTOS HUMANOS DA BIODIVERSIDADE, 1., 13 a 15/11/2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2003. p. 104-119.

FERREIRA, Luciane Ouriques. *Mba'e achij: a concepção cosmológica da doença entre os Mbyá-Guarani num contexto de relações interétnicas – RS*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FOGEL, Ramón (comp.). *Mbyá Recové. La resistencia de un pueblo indómito*. Asunción: CERI; Pilar: Univ. Nac. de Pilar, 1998.

FOSSARI, Teresa D. et al. *Estudos ambientais a nível de inventário para a implantação da Rodovia Interpraías no Estado de Santa Catarina (São João do Sul – Laguna)*. Florianópolis: Ambiental Consultoria e Planejamento, 1992.

GARLET, Ivori José. *Mobilidade Mbyá: história e significação*. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 1997a.

_____. *Proposta de demarcação de terras indígenas Mbyá-Guarani do Estado do RS*. Texto, 1997b.

- GARLET, I.J.; ASSIS, V.S de. Diagnóstico da população Mbya-Guarani no Sul do Brasil. *Cadernos do COMIN*, São Leopoldo (7), dez. 1998.
- GIANNINI, Isabelle Vidal. Os índios e suas relações com a natureza. In: GRUPIONI, L.D.B. (org.) *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994. p. 145-52.
- GUIMARÃES, Sílvia M.F. *Os Guarani-Mbyá e a superação da condição humana*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- IBGE. *Mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- KOCH, Grace. Songs, Land Rights and Archives in Australia. *Cultural Survival Quarterly*, vol. 20, p. 38-41, 1997.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.
- LADEIRA, Maria Inês. *Mbya Tekoa - o nosso lugar. São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 3 (4):56-61, out./dez. 1989.
- _____. *Yy Pai ou Yva Pai. “Espaço mbya entre as águas ou o caminho aos céus”*. Os índios Guarani e as ilhas do Paraná. São Paulo: CTI, 1990.
- _____. *Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina*. Relatório CTI/SP, 1991.
- _____. *“O caminhar sob a luz” - o território Mbya à beira do oceano*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- _____. *O antropólogo agente e a pesquisa antropológica - o trabalho de regularização fundiária entre os Guarani do litoral - CTI*. Palestra proferida no Museu Universitário/UFSC – Florianópolis-SC, 26/08/1996. (Texto proveniente de transcrição realizada pela palestrante).
- _____. *Vvy marãey. Suplemento Antropológico, Asunción*, vol. XXXIV (2):81-100, dic. 1999.
- _____. *As demarcações Guarani, a caminho da Terra sem Mal*. In: *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 782-785
- _____. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. (coord.). *Terra Indígena Morro dos Cavalos “Tekoa Yma”*. Relatório de Identificação e Delimitação. São Paulo, 2002.
- LADEIRA, M.I.; AZANHA, Gilberto. *Os índios da Serra do Mar*. A presença Mbyá-Guarani em São Paulo. São Paulo: Nova Stella, 1988.
- LADEIRA, M.I.; DARELLA, M.D.P.; FERRAREZE, J.A. *Relatório sobre as áreas e comunidades Guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR 101 no estado de Santa Catarina, trecho Garuva - Palhoça*. Florianópolis, 1996.
- LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

LITAIFF, Aldo. *As divinas palavras*. Identidade étnica dos Guarani-Mbyá. Florianópolis: UFSC, 1996.

_____. *Les fils du soleil: mythes et pratiques des indiens mbya-guarani du littoral du Brésil*. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Université de Montreal, Montréal/Canadá, 1999.

MAUSS, Marcel. A prece. In: OLIVEIRA, R.C. de (org.). *Marcel Mauss: antropologia*. São Paulo: Ática, 1979. p. 102-146.

MELIÀ, Bartomeu S.J. A terra sem mal dos Guarani. Economia e profecia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 33, p. 33-46, 1990.

_____. *Elogio de la lengua guaraní*. Asunción: CEPAG, 1995.

_____. *El Guaraní conquistado y reducido*. Asunción: CEADUC – CEPAG, 1997.

MELLO, Flávia C. de. *Aata tape rupij – seguindo pela estrada: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbyá e Chiripá Guarani no Sul do Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MELLO, Flávia C. de; DARELLA, M.D.P. *As comunidades Guarani e o processo de duplicação da BR 101 em Santa Catarina - análise da questão territorial*. Texto atualizado da XXIII Reunião Brasileira de Antropologia. Gramado/RS, 2003.

MÉTRAUX, Alfred. *Religions et magies indiennes d'Amérique du Sud*. Paris: Gallimard, 1967.

MIRIM, Adolfo Wera. *A história da vida Guarani*. São Paulo: Unimarco, 2000.

MONTARDO, Deise Lucy O. *Introdução ao estudo da música Guarani – uma etnografia musical dos Nhandeva da aldeia de São Miguel, Biguaçu/SC*. Trabalho apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador, 1996.

_____. *Através do mbaraka: música e xamanismo Guarani*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, M.C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 475-98

MOREIRA, Milton. *Contando a história do Guarani nato da região da Grande Florianópolis e, principalmente da Ilha de Santa Catarina*. 1989. (Texto).

MOSIMANN, João Carlos. *Porto dos Patos*. Florianópolis: Edição do autor/Fundação Franklin Cascaes, 2002.

NOELLI, Francisco Silva. *Sem tekoha não há teko*. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

_____. *La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní*. Texto apresentado na V RAM, Florianópolis/SC, 2003.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Paisagem Bororo: de terra a território. In: NIEMEYER, A.M. de; GODOI, E.P. de (orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 229-250.

- OLIVEIRA, João Pacheco de. Apresentação: Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: OLIVEIRA, J. P. de (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- _____. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J.P. de (org.). *A viagem de volta*. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Mba'eVyKy: o que a gente faz*. Cotidiano e Cosmologia Guarani-Mbyá. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Concentração em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, Wagner Antonio de. *Terra Indígena Mbiguaçu*. Relatório, Funai, 1994.
- _____. *Terra Indígena Morro dos Cavalos*. Relatório, Funai, 1995.
- PEREIRA, Carlos da Costa. Santa Catarina nos primeiros anos. *Revista de Propaganda do Estado e dos Municípios*, Florianópolis, ano I, n.º 1, p. 9-12 e 119-122, set. 1939.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Caminha e Gonneville: primeiros olhares sobre o Brasil. *Revista USP*, São Paulo (12):116-130, dez./jan./fev. 1991-1992.
- _____. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PIAZZA, Walter; PROUS, A. *Documents pour la préhistoire du Brésil méridional*. 2. L'État de Santa Catarina. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1977. p. 7-12.
- ROHR, João Alfredo S.J. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis, ano XVI (17):77-168, dez. 1984.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do autor, 1977.
- _____. *Índios e brancos no Sul do Brasil*. A dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- SCHMITZ, Inácio S.J. A cerâmica Guarani da Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas*, Porto Alegre (3):267-325, 1959.
- SILVA, Aracy L. da. Mitos e cosmologias indígenas no Brasil: breve introdução. In: GRUPIONI, L.D.B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994. p. 75-82.
- SILVA, Osvaldo P. da et al. *Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico na área de influência das obras de duplicação da rodovia BR 101-SC. Trecho Palhoça-Passo de Torres*. Relatório de pesquisa, Florianópolis, 1999.
- SIMONIAN, Ligia T. Lopes. *Notícia sobre a questão da terra e as condições de vida dos Guarani e mestiços do Morro dos Cavalos/Palhoça/SC*. Coordenadoria de Terras Indígenas/SG/MIRAD. Informação Técnica n. 68, 1986.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/USP, 1971.

- STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, (1548-1555)*. Tradução Pedro Süssekind. 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.
- TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, R.C. *Kaingang*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/web/site/pib/epi/kaingang/kaingang.shtm>.
- VENZON, Rodrigo A. Migração e territorialidade Mbyá no Rio Grande do Sul. In: *Expropriação e luta. As terras indígenas no Rio Grande do Sul: PETI/ANAÍ-RS, 1990-1993*. p. 169-72.
- VIETTA, Katya. *Mbya: Guarani de verdade*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Nimuendaju e os Guarani. In: NIMUENDAJU, C. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.
- _____. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 35, p. 21-74, 1992.
- _____. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro 8 (1):113-48, 2002.
- WEBER, Catia et al. *Mapeamento da situação dos índios Guarani no estado de Santa Catarina no ano de 1996*. Relatório Final. Florianópolis, UFSC, 1996.
- WIJK, Flávio Braune. *Xokleng*. 1999. Disponível em: <http://www.pegue.com/indio/xokleng.htm>.